



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680246 - SP (2021/0219698-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : TATIANO CRISTIAN PAPA
ADVOGADO : TATIANO CRISTIAN PAPA - SP394579
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO VINICIUS CASTILHO PONDE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO VINICIUS CASTILHO PONDE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 2135065-98.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta a ausência de motivação para a manutenção da prisão, fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.

Afirma serem favoráveis as condições pessoais do paciente, primário, com residência fixa e trabalho lícito, sendo possível a fixação de alternativa menos gravosa à prisão.

Pugna, por fim, pelo reconhecimento da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, por não se dedicar o paciente a atividades criminosas, tampouco participar de organização criminosa, além da pequena quantidade da droga apreendida.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja aplicada a causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, com a consequente determinação do regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente